



O novo cabo das Tormentas de Centeno



Conheça os cinco desafios que o ex-ministro das Finanças vai enfrentar no Banco de Portugal.

ECONOMIA 8 e 9

BANCO DE PORTUGAL

O novo cabo das tormentas de Mário Centeno

Mário Centeno despiu o fato de ministro e vestiu a pele de governador. Mas a pandemia mantém-se e por isso a tarefa não ficou mais simples. Um dos desafios, será participar na defesa do euro.

MARGARIDA PEIXOTO

margaridapeixoto@negocios.pt

Tirou o casaco de ministro das Finanças, vestiu a pele de governador. O economista que se orgulha do doutoramento em Havard, Mário Centeno, assumiu esta segunda-feira a liderança do Banco de Portugal. Libertou-se da tarefa de controlar as finanças do país no meio de uma pandemia, mas agarrou as rédeas do supervisor da banca na mesma conjuntura de elevada incerteza. Centeno resumiu os desafios que vai enfrentar em quatro pontos sucintos, mas o que o espera pode revelar-se o cabo das tormentas.

“É com enorme entusiasmo, mas sobretudo com responsabilidade e plena consciência dos desafios futuros, que encaro a lide-

rança do Banco de Portugal”, prometeu Mário Centeno, no salão nobre do Ministério das Finanças. De facto, os desafios não são pequenos.

Centeno passou de raspão pelas quatro áreas-chave: assegurar uma supervisão “eficiente”, “exigente” e “proativa”, tendo em conta a transição digital em curso; “influenciar a política monetária europeia”; decidir uma política macroprudencial que dê estabilidade ao sistema financeiro e “não permita a acumulação de riscos sistémicos”; e “credibilizar” a resolução bancária ao mesmo tempo que se protege “o erário público”.

Mas para cada um destes objetivos, há muito que se diga. Ricardo Cabral, professor de economia do ISEG, vê riscos elevadíssimos na frente europeia, desde logo, no que diz respeito à defesa

“

Acredito no papel internacional que o euro pode desempenhar enquanto instrumento da política europeia. Continuarei, por isso, a ser o seu maior defensor.

MÁRIO CENTENO

Governador do Banco de Portugal do euro. “O risco de desintegração [da União Europeia] neste momento é muito elevado, os problemas de estabilização do euro são complexos e muito significativos”, defende o economista.

Enquanto Centeno tomava posse como governador, os chefes

de Estado e de Governo dos 27 alinhavam ideias para mais um embate de negociações em torno de um plano para a recuperação económica da UE, já depois de três dias desgastantes, e sem conclusões, de cimeira. Os avisos de que sem um plano comum a Europa está em risco têm-se sucedido.

“Os dois desafios mais imediatos do Banco de Portugal são a política monetária, nomeadamente o programa de expansão quantitativa, e desenvolver um cenário de contingência face ao risco de desintegração da Zona Euro,” diz mesmo Ricardo Cabral. Ou seja, para o professor, Mário Centeno deverá desenhar um plano para o caso de a União se desintegrar.

No que diz respeito à política monetária, trata-se de participar na definição e aplicação de medidas não convencionais das quais os Estados vão depender durante muitos anos para manter as suas dívidas – aumentadas para combater a pandemia – sustentáveis em mercado.

O desafio tecnológico

Já Pedro Braz Teixeira, economista e diretor do gabinete de estudos do Fórum para a Competitividade, desvaloriza a ação concreta que Mário Centeno, enquanto governador de um pequeno país europeu como Portugal, poderá ter nesta matéria. Braz Teixeira sublinha antes o contexto de desenvolvimento tecnológico em que Centeno terá de supervisionar e regular a banca. “As fintech podem provocar um rombo drástico aos bancos, substituindo-se na sua função de lidar com os pagamentos”, sublinha. “O setor bancário pode fi-



Centeno delineou quatro objetivos que poderão revelar-se desafios de grande

Área: 1384cm² / 49%

FOTO Tiragem: 16.981

Cores: 4 Cores

ID: 6900017



porte.



As fintech podem provocar um rombo drástico aos bancos, substituindo-se na sua função de lidar com os pagamentos.

PEDRO BRAZ TEIXEIRA

Economista e diretor do gabinete de estudos do Fórum para a Competitividade

car irreconhecível em cinco anos”, avisa.

Também aqui a conjuntura é particularmente desafiante: ao mesmo tempo que as gigantes tecnológicas se destacam como as empresas mais preparadas para enfrentar a pandemia, aproveitando a necessidade de distanciamento social para desenvolver a sua

tecnologia, a banca está sujeita a uma pressão acrescida, com níveis de rentabilidade baixos e perante uma atividade económica que colapsou no segundo trimestre deste ano. “Imagine que um gigante como o Facebook, a Amazon ou a Google avança no setor financeiro”, sugere Braz Teixeira.

“O setor financeiro português chega a esta crise ainda fragilizado. Os problemas gravíssimos que a pandemia está a colocar às empresas terão consequências na banca”, defende o economista. Segundo o Banco de Portugal, a 18 de junho os bancos em Portugal tinham uma exposição de 39 mil milhões de euros a créditos com moratórias, cerca de 22% do total de crédito a particulares e empresas.

Ainda assim, Ricardo Cabral desvaloriza este risco, lembrando que as exigências de rácios de capital aumentaram muito nos

últimos anos e que agora a resposta à covid-19 passou por baixar essas exigências. “A situação é tão grave que os supervisores estão obrigados a reduzir os requisitos de capital, de liquidez, os critérios do que constitui crédito malparado. Além disso o BCE terá de suportar a banca europeia”, argumenta. ■



[Um dos desafios mais imediatos] é desenvolver um cenário de contingência face ao risco de desintegração da Zona Euro.

RICARDO CABRAL

Professor de economia do ISEG

TOME NOTA

Desafios que o novo governador terá de enfrentar

O governador do Banco de Portugal mudou ontem, mas os problemas não desapareceram. Estes são alguns dos desafios que Mário Centeno terá pela frente.

DEFENDER O EURO

Participar na política monetária, implementá-la e contribuir para a defesa do euro será um dos principais desafios do governador do Banco de Portugal. Num cenário de pandemia e de crise económica aguda, a União Europeia enfrenta um momento decisivo. Os riscos de desintegração têm sido sublinhados por vários líderes. Centeno está a contar com a sua experiência na presidência do Eurogrupo para lhe dar uma

voz mais forte e maior capacidade de influência.

MANTER A ESTABILIDADE FINANCEIRA

Ninguém sabe quanto tempo vai durar a pandemia e por isso os riscos financeiros para as empresas e famílias são muito elevados. Em junho a exposição da banca a moratórias já atingia 22% do total do crédito a particulares e empresas, o que constitui um risco signifi-

cativo de aumento do malparado. Centeno reconheceu no discurso da tomada de posse que terá de estar atento para impedir a “acumulação de riscos sistémicos” que coloquem em causa o financiamento da economia.

MELHORAR A RESOLUÇÃO BANCÁRIA

O novo governador disse ontem que o Banco de Portugal terá de “credibilizar as estratégias, os mecanismos e o pro-

cesso de resolução bancária, assegurando a estabilidade financeira e protegendo o erário público.” Para Ricardo Cabral, o que se perfila “é maior intervenção do Estado ao abrigo de nova legislação”, já que “a resolução foi um instrumento que não funcionou bem.” Pode até colocar-se a hipótese de nacionalizações mas, nesse caso, “como é que será feito, tendo em conta que uma parte significativa da banca a operar em Portugal foi integrada em bancos espanhóis ou adquirida por interesses estrangeiros”, questiona.

ENFRENTAR A TECNOLOGIA

O governador do Banco de Portugal terá de ser mais proativo na supervisão de um setor que está em transformação tecnológica acelerada, empurrado pelas fintech. O economista Pedro Braz Teixeira sublinha este desafio, notando que os bancos têm procurado oferecer os mesmos serviços que as fintech, mas lembrando que os gigantes como a Facebook, Amazon, Google ou Apple estão em posição privilegiada para entrar neste segmento, pressionando ainda mais a rentabilidade da banca tradi-

cional.

ABRIR O BANCO DE PORTUGAL

Este foi um objetivo lançado pelo novo governador. Mário Centeno diz que começou um novo ciclo na instituição, que quer ver reforçada, nomeadamente abrindo o Banco de Portugal à sociedade civil, reforçando e valorizando as suas competências técnicas e não se inibindo de dar conselhos ao Governo, nomeadamente no âmbito da estabilidade financeira.